

REPENTE

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO PODER LOCAL

Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - nº 10 - Dezembro/00

EDITORIAL

QUANDO OBSERVAMOS AS AÇÕES DOS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PERCEBEMOS QUE HÁ MUITA DESARTICULAÇÃO. A CRIANÇA É UMA SÓ, MAS DECISÕES SOBRE ELA SÃO TOMADAS EM VÁRIOS CONSELHOS: DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO CONSELHO TUTELAR, NO CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

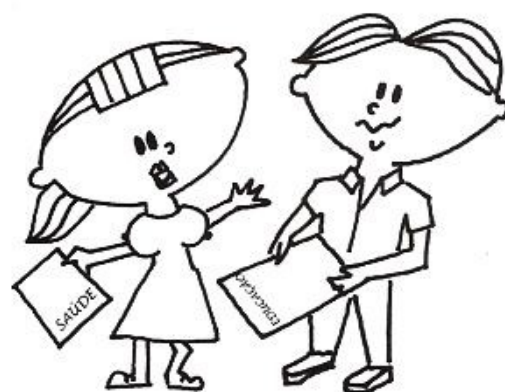
ALÉM DESSES AINDA HÁ CONSELHOS DO IDOSO, DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, DA MULHER. ESSES SETORES SOCIAIS TAMBÉM PRECISAM DE POLÍTICAS DE SAÚDE, DE ASSISTÊNCIA E DE EDUCAÇÃO. É CLARO QUE CADA QUESTÃO TEM A SUA ESPECIFICIDADE E QUE CADA SETOR PRECISA SE ARTICULAR E PENSAR SUAS DEMANDAS ESPECÍFICAS. TODOS OS CONSELHOS TÊM AS SUAS FUNÇÕES E DESPERTAM NOVOS SUJEITOS PARA A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. NÃO QUEREMOS SUGERIR AQUI QUE ELES PRECISAM SER EXTINTOS.

MAS É PRECISO LEMBRAR QUE AS PESSOAS NÃO SÃO FORMADAS POR VÁRIOS "COMPARTIMENTOS" E QUE A AÇÃO ARTICULADA É SEMPRE MAIS EFICAZ. PARA ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS DE UM MESMO MUNICÍPIO OU REGIÃO, ESTE REPENTE APRESENTA ALGUMAS EXPERIÊNCIAS QUE ESTÃO ACONTECENDO PELO BRASIL.

COMO ARTICULAR AS AÇÕES DOS CONSELHOS

Defender os direitos dos vários grupos sociais no Brasil hoje não é tarefa fácil. Os governos e a própria sociedade precisam mudar muito para que alguém tenha seus direitos respeitados, e as iniciativas de governo e sociedade freqüentemente estão desarticuladas.

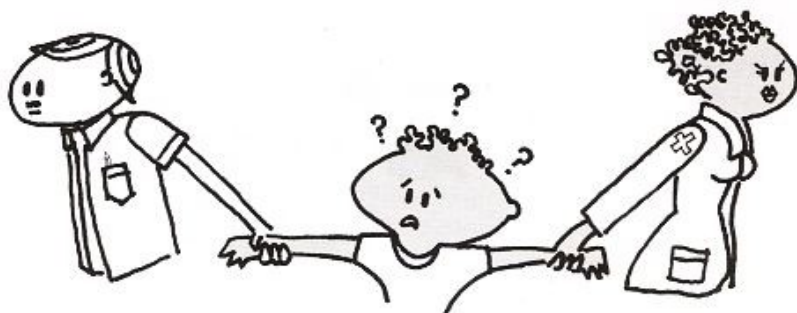
Este Repente discute sobre a necessidade de articulação dos conselhos para que haja maior eficácia na busca do desenvolvimento integral da comunidade. Para mostrar concretamente como é possível a articulação, o Boletim apresenta três experiências: uma em Cajamar-SP, outra em Afogados da Ingazeira-PE e a terceira realizada no estado de São Paulo.



RECUPERANDO A HISTÓRIA

A desarticulação entre as políticas sociais no Brasil

Por que será que as políticas sociais foram construídas de forma tão fragmentada? Entre os anos 30 e 70 foi construído no Brasil um **sistema de proteção social incapaz de romper com as clivagens e desigualdades** de renda, de raça e gênero, regionais e intra-regionais, entre o rural e o urbano, presentes em nossa sociedade. Este sistema incorporou alguns setores que passaram a ter seus direitos garantidos, mas excluídos de todo o tipo ficaram à margem e muitos privilégios foram reforçados. Na verdade, os programas sociais desse sistema pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades sociais.



Por causa dessas grandes desigualdades, a transição para a democracia, durante os anos 80, foi marcada por pressões e demandas que exigiam a mudança do sistema de proteção social brasileiro. A **Constituição de 88** foi resultado destas demandas. Nela abriu-se a possibilidade de que **as políticas públicas fossem definidas e elaboradas de forma descentralizada e com a participação de distintos setores sociais.**

Por isso os **conselhos gestores de políticas públicas** foram concebidos como espaços de interface entre a sociedade e o Estado, **que visam elaborar, implementar e exercer o controle social sobre políticas públicas em diferentes áreas.** A co-gestão, ou gestão participativa de políticas públicas é uma forma de ampliar a democracia, possibilitando a negociação dos conflitos entre os diferentes interesses presentes na sociedade.

Contudo, a **ação pública continuou muito fragmentada**, atingindo alguns grupos mas não todos. Os conselhos vêm sendo formados dessa mesma forma, ligados a cada uma das áreas da ação do Estado e a cada um dos segmentos organizados da sociedade. O resultado da segmentação das políticas públicas é a superposição de programas e projetos desarticulados, que dispersam esforços do Estado e da sociedade, desfocando-os dos grandes desafios do desenvolvimento local.

Diversas **iniciativas**, nas várias regiões do país, vêm **solucionar de modo criativo esta fragmentação**, buscando **construir** possibilidades de **ação intersetorial.** São experiências recentes, cheias de dificuldades, mas que apontam saídas para questões que afetam o município como um todo.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO

Afogados da Ingazeira localiza-se no estado de Pernambuco, a 380Km de Recife e possui 32.916 habitantes, segundo o Censo de 2000.

Em 1995, foi criado, em Afogados da Ingazeira, o Conselho Comunitário do Fundo de Apoio Comunitário (Fumac) por exigência do Banco Mundial e do Prorural para elaboração de convênio para repasse de recursos.

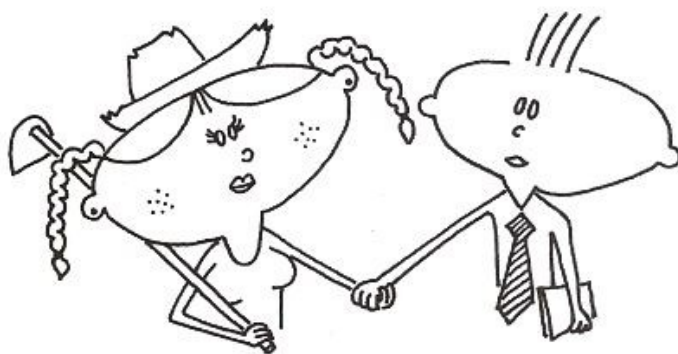
No mesmo ano, este Conselho passou a administrar também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para evitar a pulverização de conselhos, o Conselho do Fumac foi reestruturado e passou a denominar-se Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário (CMDC).

Para conhecer o Comdrur ligue para (81) 3838 2386 ou envie um email para: comdrur@uol.com.br

O êxito do CMDC atraiu a atenção de segmentos urbanos, como a Câmara de Diretores Lojistas (CDL) e o Banco do Brasil – que estava lançando o Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda Rural e Urbano). Estes segmentos questionaram o grau de abrangência do CMDC, composto majoritariamente por entidades do meio rural. Para incluir outras entidades, o Conselho sofreu outra reestruturação e passou a se chamar Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano – Comdrur.

O crescimento do Comdrur e da participação popular nesta instância leva o Conselho a **criar uma nova estrutura organizacional**, de forma que **todas as entidades civis e públicas** passaram a **discutir ações, projetos e problemas ou a encaminhá-los para as instâncias do Comdrur**. Dessa forma, **ele passou a incluir os Conselhos Municipais de Saúde, Assistência Social e Merenda Escolar**.

O Comdrur tornou-se um canal ativo de participação, aberto ao governo e à sociedade, com a finalidade de discutir mecanismos democráticos de gestão, participação popular e cooperação entre o poder público e a comunidade, **com o objetivo de construir o desenvolvimento local sustentável e de superar o distanciamento sóciopolítico e econômico existente entre o campo e a cidade**, integrando-os em seus problemas e potencialidades.



O exemplo do Comdrur mostra como é possível a articulação para pensar o desenvolvimento local do município. Vemos como **é possível que os conselhos de uma localidade se unam para pensar alternativas de desenvolvimento**.

A CASA DOS DIREITOS

Cajamar está localizado na Região Metropolitana de São Paulo. É um município com 50.244 habitantes, segundo o Censo de 2000.

Em Cajamar-SP, criou-se recentemente a "Casa dos Direitos", um conjunto de salas disponibilizadas pela Prefeitura para o funcionamento de todos os conselhos de gestão de políticas públicas que há no município.

Diante da necessidade de equipar uma sede para a instalação do Conselho Tutelar, buscou-se viabilizar a instalação de todos os conselhos num mesmo espaço físico. A inauguração da Casa dos Direitos representou o coroamento de um processo de articulação de todos os integrantes do Fórum dos Conselhos.

A instalação dos Conselhos no mesmo espaço físico propicia comunicação entre eles.

Mais do que isso, a criação do Fórum em torno do qual se reúnem os diversos conselhos permite superar a visão setorializada e corporativa de cada um deles, e identificar os problemas comuns. Dessa forma, é possível para os Conselhos voltarem-se para questões mais amplas e contribuir para a superação dos desafios estratégicos para o desenvolvimento do Município.

Atualmente o Fórum dos Conselhos de Cajamar é integrado pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, da Educação, da Alimentação Escolar e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef. O telefone da Casa dos Direitos é (11) 4447 5346.



ARTICULAÇÃO ENTRE CONSELHOS ESTADUAIS

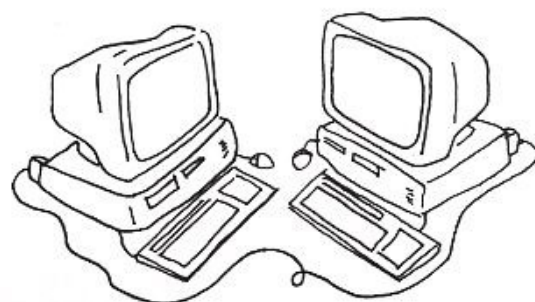
A Secretaria do Governo e Gestão Estratégica do Estado de São Paulo procura apoiar e articular os "conselhos estaduais de cidadania" ao favorecer a instalação em um mesmo prédio dos Conselhos da Condição Feminina, da Comunidade Negra, de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência, de Direitos da Criança e do Adolescente, da Juventude e dos Idosos. Cada conselho ocupa um andar deste prédio, mas todos compartilham um amplo auditório, além de equipamentos como telão e TV.

Está sendo construída uma rede informatizada que articula as diversas Secretarias do governo estadual, permitindo que os conselhos tenham acesso às informações necessárias para exercerem o seu papel de co-gestão e controle social das políticas públicas. Os "conselhos de cidadania" contam ainda com a assessoria dos funcionários do Núcleo de Apoio Administrativo.

Mais informações com Dra. Solange Maria Santana, email: smsantana@sp.gov.br tel(11) 3745 3582

Além da otimização dos recursos públicos, a **aproximação geográfica dos conselhos ajudou a promover sua integração e a articulação de olhares diferentes sobre uma mesma realidade de não-cidadania**. Para fortalecer esta articulação, são realizadas reuniões periódicas entre os presidentes dos seis conselhos. Também é publicado um Boletim que divulga as atividades do governo voltadas às áreas de ação dos conselhos, bem como os projetos planejados conjuntamente entre os conselhos e o poder público. Decidiu-se também destinar recursos do orçamento do estado para os conselhos.

Todos esses exemplos mostram que é preciso unir forças. Como diz o ditado, uma andorinha só não faz o verão!



SUGESTÕES

- Marque uma reunião com todos os conselhos conhecidos.
- Discuta temas de interesse para todos, que ajudem a perceber as semelhanças entre os conselhos e a pensar como enfrentar as dificuldades juntos.
- Sugestões de temas: quais os principais desafios do município, qual a representatividade dos conselheiros, como se aproximar dos representados, como são as relações entre governo e sociedade, como os conselhos têm funcionado, quais resultados têm sido alcançados em cada conselho.
- Você também pode convocar uma reunião entre os conselhos das cidades da mesma região. No Grande ABC paulista, que é formado por Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, os conselhos começaram a se unir para pensar em temas que interessam a todos.

ESCREVA E CONTE PARA NÓS SUA EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS!

Para adquirir o Repente: Entre em contato com o Instituto Pólis, pelo telefone (11) 3085.6877 ou pelo e-mail: participacao@polis.org.br. Para Conselhos vendem-se pacotes de 50 exemplares por R\$ 20,00.

REPENTE: Participação Popular na Construção do Poder Local - é um boletim editado pelo Instituto Pólis para divulgar informações e contribuir na formação de participantes de Conselhos de todo o país e pessoas interessadas em construir e fortalecer espaços participativos e de exercício da cidadania ativa.

EXPEDIENTE: PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - Organização Não-Governamental de atuação nacional, constituída como sociedade civil sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. Seu objetivo é a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade. Rua Cônego Eugênio Leite, 433. CEP: 05414-010 São Paulo - SP Tel. (11) 3085.6877. Fax. (11) 3063.1098. e-mail: participacao@polis.org.br - <http://www.polis.org.br>. Responsável Editorial: Maria do Carmo A. A. Carvalho e Ana Claudia C. Teixeira. Projeto gráfico: Andrea Yuri. Ilustrações: Andrea Yuri e Ricardo Alexandre Leite. Apoio Financeiro: NOVIB.



O Instituto Pólis integra o Fórum Nacional de Participação Popular